



SUSEP

Analista Técnico - Área: Contabilidade Pública

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	4
Domínio da ortografia oficial.....	22
Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual..	32
Emprego de tempos e modos verbais.....	36
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	38
Emprego das classes de palavras.....	47
Emprego dos sinais de pontuação.....	58
Concordância verbal e nominal.....	63
Regência verbal e nominal.....	65
Emprego do sinal indicativo de crase.....	68
Colocação dos pronomes átonos.....	69
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	72
Significação das palavras.....	74
Questões.....	75
Gabarito.....	90

NOÇÕES DE LÓGICA E ESTATÍSTICA

Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências. Leis de Morgan.....	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	7
Noções de estatística. População e amostra. Histogramas e curvas de frequência.....	12
Medidas de posição: média, moda, mediana e separatrizes. Medidas de dispersão absoluta e relativa.....	17
Probabilidade condicional, independência.....	24
Variável aleatória e funções de distribuição.....	30
Questões.....	34
Gabarito.....	41

SUMÁRIO

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência administrativa	1
Agentes públicos: conceito; espécies; cargo, emprego e função pública; disposições constitucionais aplicáveis; lei nº 8.112/1990	23
Código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal (decreto nº 1.171/1994).....	88
Lei 12.813/2013.....	92
Poderes da administração pública: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder.....	95
Regime jurídico-administrativo: conceito; princípios expressos e implícitos da administração pública	106
Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	122
Controle da administração pública; controle exercido pela administração pública; controle judicial; controle legislativo	129
Improbidade administrativa (lei nº 8.429/1992 E suas alterações)	138
Processo administrativo; lei nº 9.784/1999 E suas alterações.....	153
Arts. 20 A 30 do decreto-lei nº 4.657/1942 (Lei de introdução às normas do direito brasileiro) e suas alterações e decreto nº 9.830/2019 E suas alterações.....	164
Licitações e contratos administrativos: legislação pertinente; lei nº 14.133/2021 E suas alterações; decreto nº 11.462/2023 E suas alterações	172
Questões	306
Gabarito.....	312

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da república federativa do brasil de 1988: princípios fundamentais.....	1
Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais.....	3
Organização do estado: organização político-administrativa do estado; união; estados federados; municípios; distrito federal e territórios.....	13
Administração pública: disposições gerais; servidores públicos.....	26
Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica; sistema financeiro nacional	36
Aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas.....	45
Questões	51
Gabarito.....	55

SUMÁRIO



MERCADO DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA, CAPITALIZAÇÃO E RESSEGUROS

Seguro, cosseguro, resseguro e retrocessão: conceitos, finalidades e características gerais; princípios básicos; seguros facultativos e obrigatórios; seguro cumulativo	1
Sujeitos dos contratos	9
Elementos essenciais dos contratos: garantia, interesse, risco, prêmio, empresarialidade.....	14
Contratos de resseguro automáticos e facultativos.....	22
Resseguro proporcional	30
Resseguro não proporcional: excesso de danos, stop loss e catástrofe	38
Previdência complementar aberta: conceito, finalidades e características gerais; princípios básicos; contribuição, acumulação de recursos, rentabilidade, carregamento, portabilidade, resgates, benefício, ciclo de renda	45
Planos com cobertura por sobrevivência: pglb (plano gerador de benefício livre); vglb (vida gerador de benefício livre).....	52
Capitalização: conceito, finalidades e características gerais; modalidades de capitalização; contribuições, quotas, sorteios, cessão dos direitos e resgate	58
Proteção patrimonial mutualista: conceito, finalidades e características gerais; rateio mutualista de despesas; grupo de proteção patrimonial mutualista; administradora de proteção patrimonial mutualista; contrato de participação em grupo de proteção patrimonial mutualista.....	67
Legislação: decreto-lei nº 73/1966 e suas alterações	76
Decreto-lei nº 261/1967 e suas alterações.....	105
Lei nº 4.594/1964 E suas alterações.....	106
Lei complementar nº 109/2001 e suas alterações	109
Lei complementar nº 126/2007 e suas alterações	124
Lei nº 14.430/2022 (Arts. 2º a 17) e suas alterações	133
Lei 14.332/2022 E suas alterações	136
Lei nº 14.652/2023 E suas alterações.....	137
Lei nº 15.040/2024 E suas alterações.....	139
Lei complementar nº 213/2025 e suas alterações	156
Questões	176
Gabarito.....	179

SUMÁRIO



ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia..... 1

CONTABILIDADE GERAL

Norma brasileira de contabilidade (nbc tg estrutura conceitual)	1
Plano de contas e procedimentos de escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras); elementos essenciais do lançamento contábil; formalidades essenciais da escrituração; livros utilizados na escrituração	10
Arts. 39 E 40 da lei nº 8.934/1994.....	22
Arts. 132, 1.065, E de 1.179 A 1.195 Da lei nº 10.406/2002 (Código civil)	23
Arts. 133, 289, 294 E 295 da lei nº 6.404/1976 (Sociedades por ações).....	25
Itg2000 (r1) do cfc (escrituração contábil).....	35
Sistema público de escrituração digital (sped): decreto nº 6.022/2007.....	38
Instrução normativa rfb nº 2.003/2021	40
Ctg 2001 (r3) - procedimentos técnicos e demais formalidades a serem observados na escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao sistema público de escrituração digital (sped)	44
Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelas normas brasileiras de contabilidade do conselho federal da contabilidade e pelos pronunciamentos do comitê de pronunciamentos contábeis (cpc)	47
Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto): balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do valor adicionado; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado abrangente	55
Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa: conteúdo, classificação e critérios de avaliação; contas a receber; conceito, conteúdo e critérios contábeis	73
Estoques: conceito e classificação; critérios de avaliação de estoques	85
Realizável a longo prazo (não circulante): conceito e classificação; ajuste a valor presente; conceito e metodologia; cálculo; contabilização.....	95
Passivo exigível: conceitos gerais, avaliação e conteúdo do passivo	105
Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações	113
Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros títulos de dívida	121
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	131
Patrimônio líquido: reservas de capital; ajustes de avaliação patrimonial; reservas de lucros; ações em tesouraria; prejuízos acumulados; dividendos	139
Receitas e despesas financeiras.....	155

SUMÁRIO



Consolidação das demonstrações contábeis e demonstrações separadas	156
Análise econômico-financeira: indicadores de liquidez; indicadores de rentabilidade; indicadores de lucratividade; indicadores de endividamento; indicadores de estrutura de capitais; análise vertical.....	170
Noções básicas sobre tributos: impostos, taxas e contribuições	218
Art. 48 A 58 da lei 12.249/2010	225
Questões	228
Gabarito.....	231

CONTABILIDADE PÚBLICA

Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público	1
Sistema de contabilidade federal	4
Conceituação, objeto e campo de aplicação.....	5
Composição do patrimônio público; patrimônio público; ativo; passivo; saldo patrimonial	7
Variações patrimoniais: qualitativas e quantitativas; receita e despesa sob o enfoque patrimonial; realização da variação patrimonial; resultado patrimonial	9
Mensuração de ativos; ativo imobilizado; ativo intangível; reavaliação e redução ao valor recuperável; depreciação, amortização e exaustão	11
Mensuração de passivos: provisões; passivos contingentes	13
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições	14
Sistema de custos: aspectos legais do sistema de custos; ambiente da informação de custos; características da informação de custos; terminologia de custos.....	15
Sistema de custos no setor público: aspectos legais do sistema de custos; ambiente da informação de custos; características da informação de custos; terminologia de custos	16
Plano de contas aplicado ao setor público	25
Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; balanço patrimonial; demonstração de fluxos de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido; notas explicativas às demonstrações contábeis; consolidação das demonstrações contábeis	35
Transações no setor público	37
Manual de contabilidade aplicada ao setor público (mcase) 11ª edição	39
Regime contábil.....	50
Questões	57
Gabarito.....	60

SUMÁRIO



ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Funções do orçamento público	1
O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia	2
Orçamento público. Conceito. Técnicas orçamentárias. Princípios orçamentários	3
Ciclo orçamentário.....	11
Orçamento público no Brasil. Sistema de planejamento e de orçamento federal. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. 3.5 Outros planos e programas. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias. Estrutura programática. Créditos ordinários e adicionais	12
Processo orçamentário.....	13
Noções de SIOF e SIAFI.....	15
Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações orçamentárias.....	19
Receita pública. Conceito e classificações. Estágios. Fontes. Dívida ativa	21
Despesas de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada. Suprimento de fundos.....	23
Lei Complementar nº 101/2000. Conceitos e objetivos. Planejamento. Receita pública. Despesa pública. Dívida e endividamento. Transparência, controle e fiscalização	27
Licitações e contratos. Gestão de contratos. Processos licitatórios.....	54
Questões	103
Gabarito.....	107

CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA

Conceito, tipos e formas de controle da administração pública; controle interno e externo da administração pública; controle parlamentar; controle político; controle pelo tribunal de contas da união (tcu); controle administrativo	1
Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una; controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro	1
Controle da atividade financeira do estado: espécies e sistemas.....	7
Lei nº 8.429/1992 E suas alterações (improbidade administrativa)	11
Controle social e cidadania	11
Governo aberto.....	14
Transparência da administração pública: transparência e accountability	20
Lei nº 12.527/2011 E suas alterações (lei de acesso à informação - lai) e decretos regulamentadores.....	25

SUMÁRIO



Conselhos de usuários de serviços públicos: lei nº 13.460/2017 E suas alterações	37
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parcerias entre governo e sociedade, consultas e audiências públicas	43
Governo digital: lei nº 14.129/2021 E suas alterações	47
Proteção geral de dados pessoais: lei nº 13.709/2018 E suas alterações	61
Questões	84
Gabarito	88



Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: "Quando será a prova?"
- Frases exclamativas: "Que maravilhoso!"
- Frases imperativas: "Desligue a televisão."
- Frases sem sentido lógico: "Esta frase é falsa."

- **Sentenças Fechadas**

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: " $2 + 2 = 4$ "
- Sentença fechada e falsa: "O Brasil é uma ilha"



Conceito

Hely Lopes Meirelles conceitua ato administrativo como sendo “toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”.

Já Maria Sylvia Zanella Di Pietro explana esse tema, como: “a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário”.

O renomado, Celso Antônio Bandeira de Mello, por sua vez, explica o conceito de ato administrativo de duas formas. São elas:

A) Primeira: em sentido amplo, na qual há a predominância de atos gerais e abstratos. **Exemplos:** os contratos administrativos e os regulamentos.

No sentido amplo, de acordo com o mencionado autor, o ato administrativo pode, ainda, ser considerado como a “declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional”.

B) Segunda: em sentido estrito, na qual acrescenta à definição anterior, os atributos da unilateralidade e da concreção. Desta forma, no entendimento estrito de ato administrativo por ele exposta, ficam excluídos os atos convencionais, como os contratos, por exemplo, bem como os atos abstratos.

Embora haja ausência de uniformidade doutrinária, a partir da análise lúcida do tópico anterior, acoplada aos estudos dos conceitos retro apresentados, é possível extrair alguns elementos fundamentais para a definição dos conceitos do ato administrativo.

De antemão, é importante observar que, embora o exercício da função administrativa consista na atividade típica do Poder Executivo, os Poderes Legislativo e Judiciário, praticam esta função de forma atípica, vindo a praticar, também, atos administrativos. Exemplo: ao realizar concursos públicos, os três Poderes devem nomear os aprovados, promovendo licitações e fornecendo benefícios legais aos servidores, dentre outras atividades. Acontece que em todas essas atividades, a função administrativa estará sendo exercida que, mesmo sendo função típica, mas, recordemos, não é função exclusiva do Poder Executivo.

Denota-se também, que nem todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato administrativo, isso por que em inúmeras situações, o Poder Público pratica atos de caráter privado, desvestindo-se das prerrogativas que conformam o regime jurídico de direito público e assemelhando-se aos particulares. Exemplo: a emissão de um cheque pelo Estado, uma vez que a referida providência deve ser disciplinada exclusivamente por normas de direito privado e não público.

Há de se desvencilhar ainda que o ato administrativo pode ser praticado não apenas pelo Estado, mas também por aquele que o represente. Exemplo: os órgãos da Administração Direta, bem como, os entes da Administração Indireta e particulares, como acontece com as permissionárias e com as concessionárias de serviços públicos.

Destaca-se, finalmente, que o ato administrativo por não apresentar caráter de definitividade, está sujeito a controle por órgão jurisdicional. Em obediência a essas diretrizes, compreendemos que ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade proveniente de entidade arremetida em prerrogativas estatais amparadas pelos atributos provenientes do regime jurídico de direito público, destinadas à produção de efeitos jurídicos e sujeitos a controle judicial específico.



— Dos Princípios Fundamentais

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;



CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SEGURO, COSSEGURO, RESSEGURO E RETROCESSÃO

O setor de seguros desempenha um papel fundamental na economia, oferecendo proteção contra riscos e proporcionando estabilidade financeira a indivíduos e empresas. Dentro desse setor, destacam-se quatro conceitos essenciais: seguro, cosseguero, resseguero e retrocessão. Cada um deles tem uma função específica dentro da estrutura de transferência de riscos.

▸ Seguro: Conceito e Características

O seguro é um contrato pelo qual uma parte, chamada segurador, se compromete a indenizar outra, chamada segurado, em caso de ocorrência de um evento previamente estabelecido, denominado sinistro. Em troca dessa proteção, o segurado paga um prêmio ao segurador.

Principais Características do Seguro:

- **Transferência de risco:** O segurado transfere ao segurador o risco de um evento futuro e incerto, como um acidente, doença ou incêndio.
- **Prêmio:** O valor pago pelo segurado para manter a cobertura ativa.
- **Indenização ou benefício:** O pagamento ou prestação de serviço garantido pelo segurador ao segurado ou aos beneficiários do contrato.
- **Mutualidade:** O seguro opera com base na diluição do risco entre vários segurados, formando um fundo coletivo para cobrir eventuais sinistros.

O seguro pode abranger diversos segmentos, como seguro de vida, saúde, automóvel, residencial, empresarial e previdenciário, cada um com regras específicas.

▸ Cosseguero: Definição e Aplicação

O cosseguero ocorre quando dois ou mais seguradores compartilham um mesmo risco, dividindo proporcionalmente tanto o pagamento do prêmio quanto a eventual indenização. Essa prática é comum em contratos de grande valor, onde um único segurador poderia ter dificuldades em assumir toda a responsabilidade.

Características do Cosseguero:

- **Divisão de riscos:** Cada seguradora assume uma porcentagem do risco segurado.
- **Contratos independentes ou em grupo:** O cosseguero pode ser formalizado através de um contrato único, no qual todas as seguradoras assinam juntas, ou por meio de contratos individuais.
- **Facilidade para seguradoras:** Permite que empresas menores operem em mercados que exigem altos limites de cobertura.

Exemplo prático: Um seguro para um grande shopping center pode ser dividido entre três seguradoras, onde cada uma assume 33,33 por cento do risco.

▸ Resseguero: Objetivo e Funcionamento

O resseguero é um mecanismo pelo qual uma seguradora transfere parte dos riscos que assumiu para outra empresa, chamada resseguradora. Isso reduz a exposição ao risco da seguradora original e permite maior estabilidade financeira no setor.



MUNDO

► **Conflitos em Villa Tunari: Apoiadores de Evo Morales Invadem Quartéis e Mantêm Militares Reféns na Bolívia**

A Bolívia enfrenta uma escalada de tensões políticas e sociais na região de Cochabamba, onde apoiadores do ex-presidente Evo Morales invadiram instalações militares e mantêm tropas reféns. Entre as unidades ocupadas estão o Regimento “Cacique Juan Maraza”, em Villa Tunari, e uma base naval. A ação é uma resposta direta às intervenções governamentais contra os bloqueios de estradas organizados pelos simpatizantes de Morales, que protestam contra sua possível prisão.

O Cenário de Conflito

Imagens que circulam nas redes sociais mostram pelo menos 20 militares cercados por camponeses armados com bastões pontiagudos de madeira. Em um vídeo, um dos soldados denuncia que os invasores cortaram o fornecimento de água e energia elétrica das unidades ocupadas, intensificando a pressão. O militar apela às autoridades superiores por medidas que garantam sua segurança e a de seus colegas.

“Estamos em perigo. Nossas vidas, as de nossos instrutores e soldados, estão ameaçadas. Peço ao meu general que considere nossas condições”, implora no vídeo.

A Reação das Forças Armadas e do Governo

Em comunicado oficial, as Forças Armadas bolivianas condenaram as ações dos apoiadores de Morales, classificando-as como atos criminosos que violam direitos fundamentais. As autoridades exortaram os invasores a abandonarem os quartéis de forma pacífica e imediata.

“O pessoal mantido refém são filhos do povo, cumprindo seu dever de defender a pátria”, destacou o texto. A declaração também mencionou o roubo de armamentos e munições, o que aumenta a gravidade da situação.

O ministro da Defesa, Edmundo Novillo, reforçou que as operações do governo têm como objetivo garantir a livre circulação no país, interrompida há semanas pelos bloqueios. Na sexta-feira, 1º de novembro de 2024, ele afirmou que “a paciência tem limites” e que as autoridades precisaram intervir para restabelecer a ordem.

► **O Contexto Político: Morales e Arce em Conflito**

A crise atual reflete a crescente rivalidade entre Evo Morales e o presidente Luis Arce, seu ex-aliado político. Morales, líder indígena e ex-presidente, enfrenta investigações por suposto abuso de menor em 2015 e afirma ser alvo de perseguição política. Nos últimos dias, ele publicou um vídeo alegando que sofreu um atentado a tiros, acusação que o governo de Arce negou, alegando que Morales disparou contra agentes em um bloqueio.

Atenção!

O confronto entre os dois líderes evidencia as divisões internas no partido Movimento ao Socialismo (MAS), que governou a Bolívia durante o período de Morales e atualmente enfrenta disputas internas pelo controle político.



— Norma Brasileira de Contabilidade: NBC TG Estrutura Conceitual

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG Estrutura Conceitual estabelece os fundamentos essenciais para a elaboração e apresentação dos relatórios financeiros no Brasil. Desenvolvida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alinhada à Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro do International Accounting Standards Board (IASB), essa norma busca assegurar a transparência, a comparabilidade e a qualidade das informações contábeis, proporcionando maior confiabilidade aos usuários dessas demonstrações.

A Estrutura Conceitual não é uma norma contábil propriamente dita, mas um conjunto de princípios que orientam a formulação e interpretação das normas contábeis específicas. Seu objetivo principal é fornecer uma base teórica sólida para que os profissionais da contabilidade possam desenvolver políticas contábeis consistentes e interpretar corretamente os relatórios financeiros, especialmente quando uma norma específica não se aplica a determinada situação.

Entre seus aspectos fundamentais, a NBC TG Estrutura Conceitual define os objetivos dos relatórios financeiros para fins gerais, as características qualitativas das informações financeiras, os elementos das demonstrações contábeis, os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação e os conceitos relacionados ao capital e sua manutenção. Esses tópicos formam a espinha dorsal da contabilidade moderna e permitem que a informação contábil atenda às necessidades de investidores, credores e demais usuários.

Além de garantir harmonização com os padrões internacionais (IFRS), a adoção dessa estrutura no Brasil reforça a transparência e a accountability das entidades, facilitando a tomada de decisões por parte de usuários internos e externos. Dessa forma, a Estrutura Conceitual se torna uma ferramenta essencial para garantir a qualidade e a utilidade das informações contábeis, contribuindo para o desenvolvimento do mercado financeiro e da economia como um todo.

— Objetivo e Finalidade da Estrutura Conceitual

A NBC TG Estrutura Conceitual tem como principal objetivo fornecer uma base teórica para a elaboração e interpretação das demonstrações contábeis. Sua função é orientar tanto a formulação de normas contábeis pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) quanto a aplicação dessas normas por profissionais da área.

Além disso, a Estrutura Conceitual serve como um guia para a adoção de políticas contábeis adequadas, especialmente em situações em que não exista uma norma específica aplicável.

Propósito dos Relatórios Financeiros para Fins Gerais

O relatório financeiro tem o papel essencial de fornecer informações úteis para a tomada de decisão por diversos usuários, incluindo investidores, credores e demais partes interessadas. Conforme definido na Estrutura Conceitual, os relatórios financeiros para fins gerais devem:

- Apresentar informações sobre os recursos econômicos da entidade e as reivindicações contra esses recursos.
- Demonstrar as alterações nos recursos econômicos e reivindicações ao longo do tempo, refletindo o desempenho financeiro da entidade.
- Fornecer dados que auxiliem na avaliação da eficiência e eficácia da administração na gestão dos recursos econômicos da entidade.

Essas informações ajudam os usuários a entenderem a situação patrimonial, a capacidade da empresa de gerar caixa e a maneira como a administração gerencia os recursos disponíveis.



— Princípios da Contabilidade Aplicados ao Setor Público

A contabilidade aplicada ao setor público tem um papel essencial na gestão e no controle dos recursos públicos. Para que sua prática seja uniforme, transparente e confiável, a contabilidade pública deve seguir um conjunto de princípios fundamentais que orientam a elaboração, o registro e a interpretação das informações contábeis.

Esses princípios estão previstos na legislação brasileira, como a Lei 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Eles visam garantir que as demonstrações contábeis reflitam a realidade patrimonial e financeira das entidades públicas, permitindo a correta prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle.

–Princípios Contábeis Aplicáveis ao Setor Público

Os princípios da contabilidade são normas fundamentais que garantem a qualidade e a confiabilidade das informações contábeis. No setor público, esses princípios possuem características próprias, adaptadas à realidade da gestão pública.

Princípio da Entidade:

O princípio da entidade estabelece que o patrimônio público deve ser registrado e gerenciado separadamente do patrimônio dos agentes públicos ou de outras entidades. Isso significa que os bens e recursos pertencentes ao governo não podem ser confundidos com os de particulares, evitando desvio de finalidade e garantindo a correta prestação de contas.

Esse princípio reforça a transparência e a necessidade de segregação dos recursos públicos, assegurando que sejam utilizados exclusivamente para o interesse coletivo.

Princípio da Continuidade:

O setor público tem uma característica peculiar: ele não visa ao lucro e deve garantir a prestação contínua de serviços à população. O princípio da continuidade reflete essa realidade ao determinar que a contabilidade pública deve ser feita considerando a perpetuidade das entidades governamentais.

Esse princípio também influencia a gestão fiscal e orçamentária, garantindo que as políticas públicas sejam planejadas com visão de longo prazo e respeitando o equilíbrio das contas públicas.

Princípio da Oportunidade:

O princípio da oportunidade exige que os registros contábeis sejam feitos no momento adequado e com a máxima precisão possível. Isso significa que as informações devem ser reconhecidas assim que houver evidência suficiente para seu registro, evitando atrasos ou distorções na prestação de contas.

Esse princípio está diretamente relacionado à transparência e à confiabilidade das demonstrações contábeis, permitindo que a sociedade e os órgãos de controle acompanhem de forma precisa a gestão dos recursos públicos.

Princípio do Registro pelo Valor Original:

De acordo com esse princípio, os ativos, passivos, receitas e despesas devem ser registrados pelos valores originais das transações que lhes deram origem. Isso garante que os bens e direitos do setor público sejam mensurados de forma objetiva e confiável.

Com a modernização das normas contábeis, esse princípio tem sido complementado pelo conceito de reavaliação patrimonial, buscando maior precisão na mensuração dos bens públicos, principalmente no caso de ativos de longo prazo.



O Estado desempenha um papel fundamental no equilíbrio e na promoção do desenvolvimento econômico e social de um país, atuando por meio de políticas públicas e intervenções diretas na economia. Esse papel se concretiza através da gestão das finanças públicas, com destaque para o orçamento público como instrumento de planejamento e controle.

FORMAS E DIMENSÕES DA INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA ECONOMIA

A intervenção do Estado na economia ocorre quando há necessidade de corrigir falhas de mercado, promover a justiça social ou estimular o crescimento econômico. Essa atuação pode assumir diferentes formas e dimensões:

Intervenção Direta:

Ocorre quando o Estado participa ativamente da economia, seja como produtor de bens e serviços ou como proprietário de empresas estatais.

- Exemplo: Petrobras, Eletrobras e outras empresas públicas.

Intervenção Indireta:

A administração pública atua como reguladora e fiscalizadora das atividades econômicas. O objetivo é garantir que o mercado funcione de maneira equilibrada e dentro dos limites legais.

- Exemplo: Agências reguladoras como ANATEL (telecomunicações) e ANVISA (vigilância sanitária).

Dimensão Alocativa:

O Estado intervém para alocar recursos em setores onde o mercado, sozinho, não atua de forma eficiente, como saúde, educação e segurança pública.

- Exemplo: Construção de hospitais públicos e escolas.

Dimensão Redistributiva:

Por meio de políticas fiscais e sociais, o governo busca reduzir as desigualdades de renda e promover a inclusão social.

- Exemplo: Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Dimensão Estabilizadora:

O Estado intervém para corrigir desequilíbrios econômicos, como inflação, desemprego e recessões. Por meio de políticas monetárias e fiscais, promove a estabilidade econômica.

- Exemplo: Redução de impostos para estimular o consumo durante crises econômicas.



— Sistemas de Controle Jurisdicional: Contencioso Administrativo e Jurisdição Una

O controle jurisdicional da Administração Pública visa garantir a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos, prevenindo abusos e arbitrariedades. Existem dois principais modelos de controle jurisdicional adotados no mundo: o sistema do contencioso administrativo e o sistema da jurisdição una.

A distinção entre esses modelos é fundamental para compreender a organização do controle sobre os atos administrativos em diferentes ordenamentos jurídicos.

Contencioso Administrativo: A Separação entre Jurisdição Comum e Administrativa

O sistema do contencioso administrativo tem origem no modelo francês e caracteriza-se pela existência de uma jurisdição própria para resolver conflitos envolvendo a Administração Pública. Nesse modelo, o julgamento de litígios administrativos não cabe ao Poder Judiciário comum, mas sim a tribunais especializados na análise de atos administrativos.

Principais Características do Contencioso Administrativo:

- **Dupla jurisdição:** há uma separação entre a Justiça Comum e a Justiça Administrativa.
- **Órgãos especializados:** os conflitos entre particulares e a administração são resolvidos por tribunais administrativos, que possuem conhecimento técnico aprofundado sobre a matéria.
- **Independência relativa:** a Administração Pública possui autonomia para revisar seus próprios atos por meio de instâncias administrativas, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, salvo em casos excepcionais.
- **Prevalência do interesse público:** o sistema busca garantir a supremacia do interesse público sobre os interesses individuais.

Exemplo de Países que Adotam o Contencioso Administrativo:

- **França:** modelo clássico, onde o Conselho de Estado (Conseil d'État) atua como instância máxima da Justiça Administrativa.
- **Itália e Espanha:** sistemas similares, com tribunais administrativos próprios.
- **Alemanha:** embora o Judiciário seja unificado, há uma jurisdição administrativa específica para temas administrativos.

Jurisdição Una: A Competência Exclusiva do Poder Judiciário

No modelo da jurisdição una, adotado por países como o Brasil, Reino Unido e Estados Unidos, não há uma separação entre Justiça Comum e Justiça Administrativa. Ou seja, todos os conflitos, incluindo aqueles que envolvem a Administração Pública, são resolvidos pelo Poder Judiciário ordinário.

Principais Características da Jurisdição Una:

- **Unidade jurisdicional:** não há tribunais administrativos independentes. Todos os litígios administrativos são julgados pelo Judiciário.
- **Princípio da inafastabilidade da jurisdição:** garantido no Brasil pelo artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, assegura que nenhuma lesão ou ameaça de direito pode ser excluída da apreciação do Judiciário.